

ATA DE REUNIÃO

1ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – CBH JQ2

Aos onze e aos doze dias do mês de abril de 2019, sempre às nove horas e trinta minutos, reuniram-se os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (CBH – JQ2), no Parque Estadual do Rio Preto, município de São Gonçalo do Rio Preto / MG.

Antes de adentrar à pauta da reunião, o Gerente da Unidade de Conservação, o servidor do IEF Antônio Augusto Tonhão de Almeida tomou a palavra, momento no qual deu boas vindas a todos ao demonstrar sua satisfação em receber os Conselheiros do Comitê, tendo em vista a sinergia que há quanto as missões do CBH - JQ2 e a gestão da Unidade de Conservação em relação às ações preservacionistas, em especial quanto a manutenção da qualidade dos recursos hídricos. Proferiu uma breve apresentação sobre o Parque, com destaque para suas ações em prol do meio ambiente, tais como: proteção de seus recursos hídricos, em especial para a preservação das nascentes e sub bacia do Rio Preto; estímulo ao turismo sustentável e a pesquisa científica; promoção da educação ambiental; destacou ainda a importância da Unidade de Conservação no aspecto social e de desenvolvimento econômico mediante a geração de ICMS ecológico ao município de São Gonçalo do Rio Preto, bem como a geração de cerca de 30 empregos diretos. Finalizou conclamando a todos a seguirem as normas de conduta de visitantes no interior do Parque. Dando prosseguimento aos itens de pauta, a Presidente do Comitê, Bruna Otoni, agradeceu a presença de todos, momento em que fez um agradecimento especial ao Gerente do Parque pela receptividade. Em seguida solicitou uma breve apresentação de todos os presentes. Destacou a efetividade da mobilização que culminou com as presenças de vários representantes de diversos municípios, dentre eles: José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Jenipapo de Minas, Carbonita, São Gonçalo do Rio Preto, Turmalina e Araçuaí, este se fazendo representar por seu Prefeito Municipal. Em seguida, antes de dar continuidade aos demais itens de pauta, decidiu pela inversão de pauta, na expectativa de se alcançar quórum qualificado necessário para deliberar quanto às alterações do Regimento do Comitê. Deliberou ainda pela continuidade dos demais itens de pauta que não dependeriam do quórum qualificado, sendo que desta forma, foi instalada a Reunião. No próximo item de pauta foi feita a leitura da ata da primeira Reunião Ordinária ocorrida em Itamarandiba, sendo que proferida a leitura, a mesma foi colocada em discussão; colocada em votação a ata foi aprovada. O próximo item de pauta tratou do estabelecimento, mediante proposta pré estabelecida, do Calendário de Reuniões Ordinárias. Colocado em discussão, o Calendário ficou assim estabelecido: em 29/05 em Jenipapo de Minas, em 06/09 em Berilo e em 08/11 em Araçuaí. Em seguida foi aberta discussões acerca da visita técnica ocorrida na Comunidade do Gavião e nos Chapadões onde são encontradas as “turfeiras”, importante formação vegetal e geológica necessárias para a manutenção da qualidade hídrica das nascentes do Rio Araçuaí. A Presidente destacou a importância e os impactos ambientais da área, ilustrados por vasto registro fotográfico. Neste momento tomou a palavra a Conselheira Fabiana que destacou, além

44 da visita aos Chapadões, também quanto a Reunião realizada junto aos moradores da
45 Comunidade do Gavião. Esclareceu que o sucesso da reunião foi reflexo de um processo
46 de aproximação da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos junto aos moradores.
47 Inicialmente com apoio e estímulo ao Turismo Solidário, com enfoque ao apoio e
48 incremento a produção tradicional local de doces, queijo artesanal e de mel. Esta
49 aproximação propiciou adentrar e sensibilizar os moradores quanto às questões
50 ambientais. Daí, o comportamento e as cobranças dos moradores pelas quais os membros
51 do Comitê experimentaram na reunião. A Conselheira alertou também quanto a
52 problemática e a necessidade de ações do Comitê quanto à atividade minerária de extração
53 de rochas ornamentais que vem crescendo no município de Felício dos Santos.

54 O Conselheiro Josias, fazendo uso da palavra e, tendo em vista a efetividade das
55 dinâmicas das reuniões ocorridas em Felício dos Santos argumentou que esta
56 metodologia, com a realização concomitante de visitas técnicas deve ser replicada, razão
57 pela qual entende necessário o aumento do tempo de duração de nossas Reuniões.

58 Dando prosseguimento, foi ministrada a palestra do Professor Alexandre Christofaro, do
59 Departamento de Engenharia Florestal da UFVJM, com o tema “A importância dos
60 Ecossistemas das Turfeiras e a necessidade de sua proteção no âmbito do Estado de Minas
61 Gerais. “A palestra demonstrou, com dados técnicos, a importância da conservação das
62 turfeiras na manutenção do ciclo hidrológico em suas áreas de ocorrência, ou seja,
63 demonstrou sua importância na recarga hídrica e na disponibilidade normal de água para
64 a manutenção da quantidade e qualidade das águas que dão origem às bacias
65 hidrográficas. Chamou a atenção, além de outros aspectos relevantes, o dado de que, os
66 pontos de amostragens (localização de piezômetros) instalados no interior do Parque
67 Estadual do Rio Preto, em relação àqueles instalados nos Chapadões onde ocorrem ações
68 antrópicas degradadoras (uso de fogo e pisoteio de gado), demonstraram que as turfeiras
69 no interior do Parque retêm praticamente o dobro das águas de chuvas. A Conselheira
70 Fabiana demonstrou preocupação de que a Academia, antes de instalar pesquisas que
71 possam vir subsidiar a elaboração de normativas, deve exercer sua atribuição de extensão
72 acadêmica, no sentido de envolver as comunidades e, desta forma, evitar a ocorrência de
73 conflitos de interesses. O Conselheiro representante das Empresas Mineradoras sugeriu
74 ao Professor Alexandre instalar pesquisas visando verificar a influência dos índices
75 pluviométricos na conservação das turfeiras, bem como, no nível do lençol freático.

76 O representante do Instituto Federal defende que a academia poderá participar ativamente
77 da solução de problemas ambientais, quando for mais demandada pelas comunidades e
78 pelos próprios órgãos de gestão ambiental. Sugere ainda, que o Comitê seja instância
79 provocadora junto a FIEMG, Banco do Nordeste, etc., no sentido de incrementar e/ou
80 fomentar alternativas econômicas tradicionais. Ao final da palestra a Presidente Bruna
81 agradeceu ao Professor Alexandre; o colocou à par do Grupo de Trabalho - GT Turfeiras
82 em processo de criação, momento no qual o Professor se colocou à disposição para apoiar
83 nas ações a serem estabelecidas. O próximo item de pauta tratou da criação do GT
84 Turfeiras propriamente dito. A Presidente do Comitê colocou em discussão quanto a
85 composição do GT, além de sugerir, como objetivo geral, trabalhar na apresentação de
86 propostas de conservação daquele ambiente, à luz do Plano da Bacia, com foco, não só

87 na preservação das turfeiras, como também, na solução dos impactos em decorrência da
88 Barragem do Setúbal. Colocado em discussão, à princípio, o GT ficou constituído com a
89 participação dos seguintes Conselheiros: Bruna, Fabiana, Josias, Norton e Sílvio.
90 Ainda em discussão, a composição do GT foi aprovada. No próximo item de pauta foi
91 proferida uma palestra pelo Professor Ruam do Instituto Federal sobre a criação dos Planos
92 Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Esclareceu que o Projeto procura a
93 celebração de parcerias com as Administrações Municipais com o objetivo de
94 diagnosticar o status e iniciativas já adotadas visando otimizar a implantação de estruturas
95 de saneamento. Esclareceu ainda que o Projeto também busca parcerias (“organizar
96 times”) junto a iniciativa privada, Ministério Público, demais órgãos públicos e a
97 iniciativa privada, no alcance de seus objetivos, sendo que a UFVJM e o Instituto Federal
98 têm a missão, no contexto do Projeto, de intermediarem o atendimento das demandas,
99 bem como, através da formação de “times acadêmicos multidisciplinares”, atuarem na
100 elaboração dos PMSBs e em outras entregas, desde que demandados. Em seguida houve
101 uma apresentação do CPCD - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - Sede
102 Araçuaí. Foi esclarecido que o CPCD é uma ONG que atua em projetos sociais com
103 enfoque em ações na Chapada do Lagoão, no município de Araçuaí, mais
104 especificamente, no estímulo a iniciativas para que Araçuaí seja um município melhor
105 para os munícipes de hoje e para as futuras gerações. Tem como meta “o que fazer hoje
106 para o município que se quer daqui a 10 anos?”. Foi esclarecido ainda que o CPCD busca
107 desenvolver tecnologias com foco na melhoria da qualidade ambiental do Rio Araçuaí,
108 além de melhorias no aspecto social e econômicos das comunidades. A Presidente do
109 Comitê manifestou seu entendimento de que os eixos de atuação do CPCD deveriam ser
110 replicados aos demais municípios de abrangência do CBH - JQ2.

111
112 Dando prosseguimento a Reunião, já no dia 12/04/19, a Presidente do Comitê proferiu
113 diversos relatos acerca daquilo que fora tratado no Fórum Mineiro de Bacias: Informou
114 que foi cobrada da SEMAD, na forma de moção, a aplicação das providências
115 administrativas, cíveis e judiciais em decorrência do desastre da Barragem B1, de
116 responsabilidade da Vale em Brumadinho. Em resposta, a SEMAD encaminhou Ofício
117 ao Fórum relacionando as providências tomadas em decorrência da moção. Em síntese a
118 SEMAD, através do Ofício, prestou os seguintes esclarecimentos: Que a SEMAD aplicou
119 as multas pecuniárias devidas, sem prejuízo de outras sanções administrativas cabíveis,
120 ou seja, que está tomando todas as providências mediante o cumprimento de suas
121 prerrogativas na esfera administrativa; Que está mantendo o monitoramento contínuo das
122 áreas afetadas; Relatou ainda que a Advocacia Geral do Estado - AGE foi a primeira
123 instância a propor uma Ação Civil Pública para apuração das responsabilidades da
124 Empresa Vale quanto aos danos causados pelo rompimento da barragem; - Afirma ainda
125 o Ofício que a SEMAD está mantendo o Ministério Público Estadual, Ministério Público
126 Federal, Polícias Civil Estadual e Federal quanto aos efeitos dos impactos causados; que
127 decretou, mediante instrumento normativo, a suspensão das análises de licenciamento
128 ambiental de barragens, além de determinar o imediato descomissionamento das
129 barragens do tipo “a montante”; que por fim, solicita apoio do Fórum Mineiro às ações já

130 empreendidas pela SEMAD. Relatou ainda a Presidente que o Fórum solicitou aos
131 Comitês de Bacia informações acerca da situação das barragens instaladas em suas
132 circunscrições, junto aos órgãos responsáveis pelas barragens. A Presidente informou que
133 encaminhará Ofício de solicitação destas informações a SEAPA por ser ela a responsável
134 pela gestão das barragens de perenização instaladas nas áreas de atuação do CBH - JQ2.
135 O representante do segmento de exploração mineral de rochas ornamentais fez uso da
136 palavra momento no qual explicou o que são e quais as características de barragens do
137 tipo a montante e a juzante, além de esclarecer que após o rompimento da barragem da
138 Vale foram proibidas as instalações de barragem do tipo a montante. A Presidente
139 informou ainda, que na reunião do Fórum foi solicitado aos Comitês apresentarem relatos
140 sobre a sua gestão, mediante avaliações sobre os seguintes aspectos: encaminhamentos
141 consolidados, frequência dos Conselheiros às Reuniões, situação da implantação e
142 aplicabilidade de seus Planos Gestores. Vale ressaltar quanto a este último quesito que a
143 Presidente conclama que o CBH - JQ2 deverá, através de seus Conselheiros e Diretoria
144 criarem pauta prioritária no sentido de se efetivar a análise qualitativa de seu Plano
145 Gestor. O Conselheiro Josias pediu então a palavra para expor a seguinte ponderação:
146 propôs para que no médio prazo seja provocada a realização de uma Audiência Pública
147 para tratar dos problemas ambientais da Bacia do Rio Araçuaí, Audiência Pública a ser
148 demandada pelo Comitê, inicialmente, junto a Deputados Estaduais com atuação no
149 território. Ponderou ainda que a audiência Pública teria como objetivo principal dar
150 visibilidade aos problemas ambientais para então, provocar junto ao Legislativo e
151 Executivo encaminhamentos e providencias institucionais em prol da melhoria ambiental
152 da Bacia. Solicitou, portanto, apoio do Comitê e da Presidência aos encaminhamentos
153 necessários para que a Audiência venha ocorrer. A Presidente, Bruna Otoni, se colocou
154 favorável ao pleito do Conselheiro Josias. O representante do segmento da mineração de
155 rochas ornamentais - FIEMG declarou seu apoio a realização da audiência, porém, com
156 o alerta de que o evento não tenha conotação política; que seja apartidário, ou seja, com
157 a participação de Deputados do maior número possível de Partidos Políticos. Entende,
158 portanto, que necessário se faz, visando sistematizar as discussões, que haja um
159 alinhamento quanto às questões e problemas ambientais para que, na Audiência Pública,
160 haja maior efetividade nos encaminhamentos a serem estabelecidos. Aproveitou sua fala
161 para informar que a Regional da FIEMG sediada em Turmalina, encaminhou documento
162 ao Governador do Estado, reivindicando e cobrando diversas ações em prol do Médio
163 Jequitinhonha, dentre elas: medidas visando o crescimento econômico e investimentos
164 em infraestrutura, saúde, educação, além de solicitar que seja instalada uma
165 Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM na região do Médio e Baixo
166 Jequitinhonha. Dando prosseguimento a pauta da Reunião adentrou-se nas discussões
167 quanto a criação do GT - Turfeiras. Vale lembrar que a proposta de criação do GT é
168 resultado das reuniões e visita técnica ocorrida nas nascentes do Rio Araçuaí, na Região
169 do Gavião, município de Felício dos Santos. Neste momento, o Analista Ambiental da
170 Unidade Regional do IEF, Engenheiro Florestal Rodrigo Zeller, proferiu a palestra
171 “Conflitos Territoriais: a fronteira do diálogo”, que refletiu sobre os interesses
172 conflitantes de uso no Chapadão, além das dificuldades de convergência dos atores no

173 sentido se se alcançar o uso sustentável e racional daquele ambiente. A Presidente propôs
174 então e foi acatada por todos quanto a realização da 1ª Reunião do GT - Turfeiras a
175 realizar-se no dia 10/05/2019, na Sede do SISEMA Jequitinhonha. No próximo item de
176 pauta houve uma Apresentação de Demandas de Moradores de Turmalina. O item de
177 pauta foi solicitado pela Conselheira Simone, titular pela Prefeitura Municipal de
178 Turmalina. A apresentação das demandas foi apresentada pelo Senhor Jadilson, Assessor
179 da Câmara Municipal de Turmalina. O primeiro tema colocado em debate teve foco nos
180 plantios de florestas de eucaliptos, tendo em vista que, só no município de Turmalina, se
181 estendem por cerca de 17.000 hectares. O Assessor demonstrou preocupações com os
182 impactos do uso da irrigação nas reformas dos plantios da empresa APERAM. Fez o
183 seguinte questionamento para reflexão: “como a APERAM detém outorgas, se os
184 mananciais dos municípios estão praticamente esgotados?” Questionou também quanto
185 aos efeitos do uso intensivo de defensivos pela empresa ao afirmar que, segundo
186 moradores da área rural, quando da ocorrência de chuvas, há mortandade de peixes nos
187 córregos. Afirmou ainda que a empresa faz uso de água para o resfriamento de seus fornos
188 de carbonização. Declarou ainda não condenar o eucalipto, mas sim as formas como os
189 plantios em larga escala estão sendo conduzidos pela APERAM. Finalizou apelando ao
190 Comitê apoio e celebração de parcerias no encaminhamento de providências visando
191 mitigar os impactos por ele relatados. A Conselheira Simone acrescentou ainda sua
192 preocupação com os efeitos da poluição atmosférica (fumaça) produzida pela empresa,
193 além de alertar: “tudo está legal, porém, só no papel”. O conselheiro Balbino,
194 representante do SINDROCHAS, ao fazer uso da palavra, declarou considerar graves as
195 denúncias e propôs que seja realizada uma reunião com a participação do Comitê, da
196 APERAM e da FIEMG para que as questões levantadas sejam discutidas. A Conselheira
197 Simone solicitou que o Comitê provoque a celebração de um convênio junto a UFVJM
198 para diagnosticar os impactos ambientais provocados pelas atividades da APERAM no
199 município de Turmalina. Já o Conselheiro Josias propôs que o CBH paute, em suas
200 reuniões ordinárias, para discussões e debates, os impactos ambientais dos plantios
201 homogêneos em larga escala, quanto aos seus efeitos aos recursos hídricos, inclusive com
202 a criação de um GT para tratar do assunto. O Conselheiro Suplente do CAV, Senhor José
203 Luiz, fazendo uso da palavra, afirma que há teses acadêmicas que comprovam que as
204 florestas homogêneas de eucaliptos comprometem sobremaneira a disponibilidade de
205 água no solo, principalmente em nossa região de clima semi árido. Afirmo ainda que a
206 introdução das florestas ocorreu nas décadas de 60 e 70, mediante a “grilagem de terras”
207 e sem levar em consideração seus impactos sociais e culturais. Entende que as atividades
208 da APERAM comprometem toda a região, com contra partida ambiental e social
209 insignificantes, porém, declarou ainda, que defende a permanência da empresa, desde que
210 opere observando a lei e critérios que não comprometam a qualidade ambiental. Anunciou
211 ainda que o CAV irá promover um evento que pretende demonstrar os impactos
212 ambientais e sociais em decorrência das atividades da APERAM. O Conselheiro Balbino
213 reafirmou que deve se criar condições para que o diálogo entre as partes seja aberto na
214 busca de convergências, conforme suas palavras: “na linha da visão da FIEMG, de que a
215 indústria e as demais atividades econômicas devem ser implantadas pautadas na

216 sustentabilidade.” Finalizou colocando a FIEMG à disposição para intermediar o diálogo.
217 A Presidente informou que o CBH-JQ2 já propôs junto ao Fórum Mineiro de Bacias abrir
218 discussões focadas nos impactos da silvicultura. Em seguida, a Presidente deu a palavra
219 ao Senhor Arnaldo, Prefeito Municipal de Araçuaí. O Senhor Prefeito manifestou extrema
220 preocupação com a situação ambiental do Rio Araçuaí. Afirmou, não fosse a existência
221 da Barragem do Setúbal, mesmo com todos os problemas gerados por ela, que o Rio
222 Araçuaí já teria secado. Em seguida tomou a palavra o Senhor Antônio Gomes Santos,
223 Conselheiro Titular pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí que destacou o
224 apoio do Prefeito Municipal na gestão da APA da Chapada do Lagoão. O próximo item
225 de pauta constituiu de uma palestra proferida pela representante do Centro Popular de
226 Cultura e Desenvolvimento - Sede Araçuaí, com foco nos diversos projetos de cunho
227 social e ambiental desenvolvidos pela ONG. Esclareceu que a motivação inicial para a
228 criação do Centro em Araçuaí foi a de criar alternativas para evitar o êxodo dos Pais de
229 Famílias em busca de trabalho no Estado de São Paulo. Esclareceu que atualmente
230 trabalham diversos eixos temáticos focados no empoderamento regional; em desenvolver
231 o potencial humano, através de seus “saberes”, na busca de soluções à problemática social
232 e ambiental. Destacou, em especial, dois projetos: Projeto Comunidade Chapada do
233 Lagoão, no qual, ao partir do ambiente escolar, difundir na comunidade, através dos
234 alunos, o conceito de sustentabilidade; Projeto Fábrica de Árvores que nasceu da visão
235 de um aluno, que vislumbrou, com o objetivo de melhorar as condições ambientais dos
236 córregos, desenvolver ações com o objetivo de coletar sementes, instalar viveiros para
237 pôr fim produzir mudas a serem utilizadas na recomposição das matas ciliares. A
238 Presidente do Comitê propôs aos presentes que os Projetos da ONG sejam replicados em
239 todos os demais municípios que compõem a Bacia do rio Araçuaí. Em seguida, o Senhor
240 Antônio Gomes proferiu breve histórico do que ocorreu na Chapada do Lagoão. Que os
241 problemas ambientais e sociais na localidade iniciaram com a grilagem de cerca de 3.000
242 hectares de terras na década de 70; que só foi possível a permanência das comunidades
243 tradicionais na Chapada, mesmo com a instalação de empreendimentos, em razão da
244 mobilização comunitária que permitiu o seu sustento com a manutenção de suas culturas
245 de subsistência, do uso de plantas medicinais, de frutíferas e da conservação dos recursos
246 naturais. Destacou a manifestação e a preocupação da Comunidade do Gavião com as
247 nascentes do Rio Araçuaí, ou seja, se emocionou com aqueles comunitários ao
248 demonstrarem preocupações também com as demais comunidades, tanto no médio, como
249 no baixo Araçuaí. Propôs então, que o CBH-JQ2, bem como seus integrantes,
250 independente do seu local de moradia, tenham comportamento semelhante, ou seja, se
251 preocupem com as ações ambientais em toda a Bacia. Ao final da reunião não se alcançou
252 o quórum qualificado, sendo que desta forma, permaneceu sem deliberação as alterações
253 do Regimento Interno do Comitê. Em seguida, como último item da pauta, a Presidente
254 do Comitê agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada a mais a
255 declarar eu Sílvio Henrique Cruz de Vilhena, Secretário Executivo, lavrei esta ATA que
256 é assinada e aprovada por mim e demais Conselheiros.

257

258

APROVAÇÃO DA ATA

259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274



Sra. Bruna de Souza Ottoni

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.